

Estilos de vida e sexualidade de mulheres consideradas deficientes a partir do modelo social

Mônica Maria Farid Rahme
Alcilene Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Ouro Preto
Programa de Iniciação Científica
Minas Gerais
Agência de Fomento: FAPEMIG
Eixo temático: Sexualidade e afetividade de pessoas
público alvo da Educação Especial
Categoria: comunicação oral

Resumo

Este trabalho investiga os desafios presentes na trajetória de mulheres consideradas deficientes intelectuais, que se encontravam vinculadas a uma instituição não-governamental, destinada a pessoas com deficiência intelectual, e localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais (Brasil). A construção da pesquisa se referenciou no modelo social de deficiência (Diniz, 2007), que considera a deficiência como um estilo de vida, e à perspectiva feminista, que argumenta estar esse grupo em desvantagem por questões de gênero e deficiência (Diniz, 2007; Melo; Nuernberg, 2012). A pesquisa de campo foi desenvolvida na instituição citada entre os anos de 2013 e 2014, na modalidade de Iniciação Científica, tendo como estratégia metodológica a realização de levantamento bibliográfico sobre o tema e a implementação de procedimentos metodológicos como a observação participante e a realização de entrevistas. As observações foram registradas e as entrevistas gravadas e transcritas para análise. A partir das observações na instituição, selecionamos seis mulheres para participarem das entrevistas. Com esta pesquisa, buscou-se investigar os mecanismos de segregação e de opressão dirigidos a essas mulheres, a partir de suas visões, constatando-se, dentre outros aspectos, que o grupo investigado encontrava-se à margem de processos essenciais para a experimentação de uma vida plena em sociedade.

Palavras-chave: Inclusão, gênero, sexualidade.

Introdução

Este trabalho discute dados de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida em uma instituição educativa, mas não escolar, situada na cidade de Mariana (MG). Trata-se de uma Organização Não-Governamental (ONG), fundada nos anos de 1990 e vinculada à Arquidiocese de Mariana (MG). A ONG propõe atividades de convivência e socialização para seus usuários e se

mantém por meio de contribuições financeiras. O público alvo atendido é composto por jovens e adultos, do sexo masculino e feminino, considerados deficientes intelectuais.

A pesquisa que enfocaremos neste trabalho fez parte de um projeto de extensão e de pesquisa¹, intitulado *Contatos mistos e trajetória de cuidado de pessoas com deficiência na cidade de Mariana*, desenvolvido entre os anos de 2013 e 2014. Esse projeto tinha como eixo norteador o conceito de *contatos mistos*, proposto por Goffman (1988) no contexto da discussão sobre *estigma*. Segundo Goffman (Idem), contatos mistos se referem a “momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma ‘situação social’, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal” (Goffman, 1988, p. 22). O contato misto poderia significar, assim, uma possibilidade de superação da posição de estigmatizado.

O Projeto *Contatos mistos e trajetória de cuidado de pessoas com deficiência na cidade de Mariana* tinha como objetivos: - Contribuir com os contatos mistos entre a instituição e a comunidade marianense, e com a memória do cuidado de pessoas com deficiência na cidade de Mariana; - Localizar a trajetória da instituição na história das instituições de cuidado de pessoas com deficiência na cidade de Mariana; - Identificar a rede de agentes participantes da vida interna e externa à Comunidade; - Compreender as convergências e divergências nas suas relações, considerando os valores sociais presentes na linguagem.

Com o início do desenvolvimento do Projeto e o conseqüente contato sistemático com a instituição e seus usuários, o grupo começou a localizar as questões que demandavam um maior aprofundamento para a pesquisa. Uma dessas temáticas girava em torno da discussão sobre a possibilidade de se pensar a deficiência como estilo de vida, a outra se referia aos modos como a sexualidade se colocava para as mulheres que frequentavam a instituição. Nesse contexto, algumas perguntas se interpunham: O que é deficiência? Qual terminologia é mais adequada para nos referirmos a esse grupo? Como é a

¹ Este projeto teve como coordenador geral o Prof. Dr. Ubiratan Garcia Vieira.

vida afetiva e sexual de uma mulher adulta mantida na mais constante “infantilidade”? O que se quer dizer com sexualidade: as práticas genitais, os toques corporais, as manifestações de carinho, os sentimentos, as emoções, dentre outras possibilidades? Como se podem integrar socialmente pessoas cuja imagem foi considerada pelos demais como sendo essencialmente diferente?

A partir da emergência dessas inquietações, buscamos detectar, por meio da realização de uma pesquisa específica, os desafios presentes na trajetória de mulheres consideradas deficientes intelectuais, que as impedem de experimentar o direito de ir e vir, de ter autonomia, de vivenciar sua sexualidade e, assim, conquistar condições de equidade no cotidiano e na convivência em sociedade. Para tanto, partimos do modelo social de deficiência (Diniz, 2007), que defende a perspectiva de que a deficiência resulta de uma relação de opressão presente na interação entre pessoas consideradas normais e deficientes, concomitantemente à perspectiva feminista, que argumenta estarem as mulheres deficientes em desvantagem por questões de gênero e de deficiência (Diniz, 2007; Melo; Nuernberg, 2012).

Tendo como referência essa breve introdução, enfocaremos os objetivos que nos nortearam, os caminhos que adotamos para realizar a pesquisa, bem como algumas formulações e resultados aos quais chegamos a partir desse percurso. Por fim, apresentamos algumas conclusões do trabalho, que visam problematizar o tema e abrir outras possibilidades de investigação.

Objetivos

Esta pesquisa teve como objetivos:

- Analisar desafios presentes na trajetória de mulheres consideradas deficientes intelectuais, a partir do modelo social de deficiência e da perspectiva feminista;
- Investigar a deficiência como construção social e histórica;

- Identificar como as mulheres ditas deficientes intelectuais experimentam sua sexualidade dentro e fora de uma instituição especializada.

Metodologia

Para realizar a pesquisa, adotamos, como estratégia metodológica, o levantamento bibliográfico sobre o tema e procedimentos de pesquisa como a observação participante e a realização de entrevistas semi-estruturadas. O levantamento bibliográfico foi feito Scientific Electronic Library Oline (Scielo), Portal de periódicos da CAPES e Google acadêmico.

A observação participante (Becker, 2008) consistiu em um contato sistemático com o cotidiano dos sujeitos na instituição pesquisada. Procuramos realizar, nesse sentido, o que propõe Becker (idem), ao assinalar que o “observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividade”. (p. 120). As observações participantes foram realizadas nos diferentes grupos constituídos no interior da instituição, durante o período de desenvolvimento do projeto de pesquisa, e eram registradas em diários de campo. Essas anotações eram, posteriormente, sistematizadas e discutidas nas reuniões do projeto de pesquisa.

A partir das observações realizadas na instituição, seis mulheres foram selecionadas para participarem das entrevistas, em decorrência das questões que levantavam, interesse e disponibilidade em participar do trabalho. As entrevistas foram semi-estruturadas (Burgess, 1997). As entrevistadoras elaboraram um pequeno roteiro de referência, mas priorizando o curso das narrativas das entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

Como ressalta Carneiro (2006), a escolha do método narrativo nas entrevistas possibilita ao sujeito que narra “um lugar de produtor de sua história.” (p. 6). Para Glat (1989), o pesquisador, ao escutar o entrevistado, é “antes de mais nada aprendiz da verdade do outro” (p. 12), e é só por meio do diálogo que podemos alcançar a visão que o outro tem de si e do mundo.

O trabalho de campo foi desenvolvido do segundo semestre de 2013 a fevereiro de 2014. Nesse período, realizamos observações sistemáticas de campo e entrevistamos mais detidamente seis usuárias da instituição, como indicado acima, que narraram suas experiências de vida: Carolina, Daniela, Eliane, Gabriela, Marta e Núbia. Seus depoimentos foram essenciais para as formulações apresentadas nesta pesquisa. Neste texto, citamos trechos das entrevistas de cinco participantes (Daniela, Gabriela, Marta, Eliane e Núbia).

Para o desenvolvimento da investigação, o projeto *Contatos mistos e trajetória de cuidado de pessoas com deficiência na cidade de Mariana*, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, e foram realizados encontros na instituição envolvendo funcionários(as), usuário(as) e familiares, com a finalidade de apresentar o projeto e a equipe envolvida. A pesquisa se iniciou após o consentimento dos(as) participantes. Para realização das entrevistas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado às entrevistadas e às suas famílias.

Nos próximos itens, abordaremos os resultados da pesquisa a partir da discussão sobre feminismo e deficiência, o que nos permitirá analisar elementos relacionados às narrativas de nossas entrevistadas.

Feminismo e Deficiência

Segundo Nicolau; Schraiber; Ayres (2013), as mulheres consideradas deficientes encontram-se em desvantagem não apenas pela questão da deficiência, mas, também, pela dimensão de gênero. Nesse sentido, o fato de serem mulheres e já vivenciarem o preconceito de gênero, somado ao fato de serem consideradas deficientes, as torna mais vulneráveis aos estereótipos, como destacam os autores:

A dimensão social da dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência diz respeito a vivências em um meio social no qual mulheres e pessoas com deficiência têm uma posição social menos qualificada e experimentam menores possibilidades de participação social e política, acesso à educação, à justiça, à saúde, ao trabalho regulamentado, a benefícios sociais, à cultura, ao lazer e demais bens sociais que promovam a

equidade de gênero e o desenvolvimento humano de pessoas com deficiência. (Nicolau; Schraiber; Ayres; 2013, p. 867).

Contradizendo o modelo de normalização imposto em nossa sociedade, Diniz (2007) apresenta a deficiência como um estilo de vida e traz algumas questões sobre a exclusão e a opressão que sofre esse grupo populacional. A deficiência, como estilo de vida, significa que ser deficiente é uma dentre as inúmeras formas de estar no mundo. A autora ressalta que a desigualdade só se manifesta em uma sociedade insensível à diversidade de estilos de vida. Nesse sentido, ao indagarmos, durante a realização da pesquisa, o que é deficiência, Gabriela² (natural de Mariana/MG, 32 anos) assim se posiciona durante a entrevista:

Entrevistadora: O que é deficiência para você?

Entrevistada: [...] eu não tenho deficiência não, eu ando falo, como, bebo, eu não tenho deficiência não [...] tem muitos igual... [cita o nome de um colega da instituição], não enxerga nada, tem uns que não anda, não fala, eu ando, falo, escuto.

Entrevistadora: e por que você frequenta a [cita o nome da instituição], se você não se considera deficiente?

Entrevistada: por que gosto de lá, é bom, ficar sozinha é muito ruim, né?

A partir do relato de Gabriela, podemos refletir que muitos sujeitos frequentam instituições destinadas a pessoas com deficiência por serem segregados e por não possuírem outro meio de interação social. Pensando assim, as questões de opressão e exclusão não seriam necessariamente decorrentes da deficiência em si, mas do modo como a sociedade lida com a diversidade corporal nela existente. Esse ponto de vista nos permite indicar que a deficiência é o conjunto de um corpo lesionado, “sem valor”, em uma sociedade pouco sensível às inúmeras formas de experimentação da vida.

Mello e Nuernberg (2012) defendem que as discussões em torno do fenômeno da deficiência devem ser vinculadas aos trabalhos destinados às

² A partir deste momento, passaremos a citar depoimentos colhidos durante entrevistas realizadas com as usuárias na instituição. Por questões éticas, o nome da instituição não será revelado no trabalho. Os nomes das usuárias citadas neste trabalho são fictícios.

categorias de gênero, geração, classe, raça/etnia, orientação sexual e religião, pois tratam-se de categorias identitárias, e seus membros têm em comum o fato de serem “objeto” de opressão e preconceitos. Os autores salientam a necessidade de se discutir deficiência na perspectiva dos estudos feministas e de gênero, e não de forma isolada. Segundo os autores, embora algumas perspectivas de estudos defendam o modelo social da deficiência, o viés do modelo biomédico ainda predomina nesse campo de estudo.

Considerando o impacto causado pelos Estudos Culturais e pelo discurso feminista, principalmente as teorias sobre os modelos da deficiência e a deficiência como causa de vulnerabilidade para o gênero feminino, os autores apontam para a pertinência da interface conceitual entre os dois campos. Nesse sentido, a articulação desses estudos favoreceria ou contribuiria para a construção de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, que chegam a ser mais de um bilhão no mundo e, em nosso país, cerca de 45 milhões e 600 mil. (Mello; Nuernberg, 2012).

A partir dessas reflexões, entendemos que, assim como os sujeitos das demais categorias como gênero, geração classe, raça/etnia, orientação sexual, as pessoas com deficiência também sofrem pelo estigma (Goffman, 1988) imposto pela sociedade. Tratam-se, portanto, de categorias identitárias que lutam pela quebra de paradigmas cristalizados socialmente. Assim, entendemos que essas categorias estão diretamente vinculadas a conceitos ligados a construções históricas e sociais.

Para Diniz (2007), foram as feministas que chamaram a atenção para a necessidade do entrelaçamento do discurso relacionado à deficiência a outras variáveis como raça, gênero, orientação sexual ou idade. Segundo a autora, as críticas do movimento feminista que surgiram na pós-modernidade se mostraram pertinentes, pois reclamaram as graves falhas da primeira geração do movimento social que, apesar de responsável pelo surgimento da tese social, esqueceu-se de importantes questões acerca da deficiência, como: o cuidado, a dor, a lesão, a dependência e a interdependência. Como os pioneiros do modelo social, as teóricas feministas já haviam provado da opressão e estigma, pois também eram deficientes. Segundo Diniz (2007),

além das feministas trazerem à tona a importância do papel das cuidadoras, introduziram no discurso do modelo social “o corpo temporariamente não deficiente”, pois defenderam que todos na velhice, ou em decorrência de doenças crônicas, poderiam experimentar deficiência.

Nessa perspectiva, ao entrevistarmos a usuária Núbia (natural de Barbacena/MG, 60 anos) verificamos a pertinência da questão colocada pelas feministas e o quanto a deficiência adquirida pode ser algo mais recorrente na trajetória de vida das pessoas. Núbia relata que:

Entrevistadora: ... a questão do braço, o que aconteceu que o braço da senhora ficou desse jeito?

Entrevistada: tive *eclampsia* após parto

[...]

Entrevistadora: ... e antes a senhora trabalhava?

Entrevistada: sim, lavava roupa, passava, tudo, fazia comida, minha nora que me ajuda lavava roupa, tudo eu fazia, varria casa...

Mostrando-se mais sensíveis às diversas formas de deficiência, as teóricas feministas criticaram o idealismo pela independência sem levar em conta aqueles(as) com lesões mais graves, que necessitariam de cuidado para toda a vida. Nesse sentido, essas teóricas defenderam a interdependência como condição de qualquer humano. Como aponta Diniz (2007), para muitos deficientes não são as barreiras arquitetônicas que constituem impedimento de melhores condições de vida, mas, sim, a insensibilidade à diversidade e o desrespeito aos direitos humanos.

Mulheres deficientes e sexualidade

No Brasil, o Censo de 2000, apontou que 14,5% da população se assume como deficiente, sendo que 53,58% dessa população é composta por mulheres (Nicolau; Schraiber; Ayres, 2013). Nesse sentido, reconhecemos que as mulheres, de maneira geral, ainda encontram dificuldades para se destacar em uma sociedade que até pouco tempo atrás as considerava inferiores aos homens. Entendemos que sendo mulheres deficientes, essas barreiras são reforçadas, passando, então, a estarem mais sujeitas à opressão. Nessa

perspectiva da dupla desvantagem, devido ao gênero e à deficiência, como indicado anteriormente, as mulheres são as principais vítimas de estereótipos engendrados por nossa sociedade, o que pode reduzir o grupo a mero objeto de intervenção clínica e de reabilitação em busca do modelo de normalização imposto pela sociedade.

É preocupante a questão da vulnerabilidade das mulheres nesse contexto. Pelas observações realizadas na instituição pesquisada, constatamos que algumas educadoras demonstravam preocupação em ter de vigiar usuárias que, como Eliane (natural de Mariana/MG, 30 anos), demonstravam vontade de se relacionar e de desfrutar de uma vida sexual. Eliane havia contraído no passado uma doença venérea, fazendo com que a preocupação das educadoras se tornasse ainda mais intensa.

Autores como Paula (2005) abordam o desafio das pessoas com deficiência serem consideradas seres assexuados, o que é reafirmado por Giami (2004), ao destacar que esses sujeitos são vistos como:

[...] “anjos” que não têm atividade sexual e, por extensão, não estão em situação de risco quanto ao HIV; conseqüentemente, a questão da prevenção está pura e simplesmente resolvida. Ou então, eles são “bestas” e sua sexualidade não é controlada nem por eles, nem pelas pessoas que os cercam. (Giami, 2004, p. 21).

Observamos que na instituição pesquisada não havia conversas, nem programas de educação sexual. É possível que tal fato decorresse da perspectiva desses sujeitos serem percebidos como “eternas crianças” ou, talvez, por serem vistos como mulheres que estariam condenadas a viver sós, sem a presença de um(a) companheiro(a). Para Paula (2005), tanto a sexualidade, quanto a deficiência evidenciam construções sociais que dependem do momento histórico e cultural para determinar seu grau de funcionalidade e, certamente as concepções citadas acima decorrem de processos que são históricos e que dialogam com dimensões culturais.

Segundo Diniz (2007), as mulheres são oprimidas por causa do sexo e o deficiente por causa do corpo lesado, assim, as premissas do modelo social da deficiência buscavam descortinar a desigualdade.

A falta de intervenções endereçadas às mulheres com deficiência favorece que elas sejam abusadas, humilhadas, estigmatizadas, impedidas de conviver em sociedade usufruindo, conscientemente, dos direitos destinados aos sujeitos sociais.

Durante a pesquisa, verificamos que algumas usuárias da instituição demonstravam insatisfação em estarem inseridas em um ambiente de controle social, mas, talvez, devido aos estereótipos criados historicamente, as famílias as mantinham nesse espaço. Como ressalta Goffman (1988), os deficientes tendem a ser desacreditados pela nossa sociedade e, em um meio de descrédito, tornam-se desacreditáveis.

Para Mello e Nuernberg (2012), o estatuto de direito das pessoas com deficiência somente avançará quando incluírem nas discussões o tema da sexualidade, mostrando, assim, que as pessoas com deficiência são sujeitos comuns como quaisquer outros. Na visão de Giami (2004), o “restabelecimento de uma ‘sexualidade normal’ é percebido como impossível para os deficientes mentais sendo a exclusão e o controle reforçados, as práticas mais comumente utilizadas” (p. 30). Com relação à interdependência, o autor complementa dizendo que todos somos deficientes de amor, e a falta, o sofrimento e o desejo, daí se originam (p.31).

O fato das mulheres deficientes continuarem sendo encaradas por nossa sociedade contemporânea como seres assexuados, demonstra que ainda há muitos desafios para se superar e que nossa sociedade ainda mantém atitudes machistas e perversas, como a de impedir o direito à sexualidade e de que se possa fazer suas próprias escolhas, definindo como, quando e com quem se relacionar.

Na instituição pesquisada, observamos casos de opressão em que as mulheres sofriam em silêncio, como no caso da usuária Marta (natural de Mariana/MG, 48 anos), que em entrevista narrou sua experiência de ter sido mãe e não ter podido cuidar de seu filho. Seu bebê foi levado e Marta teve de se conformar em ser apenas mais uma “deficiente” entre tantas outras que, à margem da sociedade, sobrevive sem maiores perspectivas na vida.

Outra usuária, Daniela (Natural de Mariana/MG, 44 anos) relatou em entrevista ter levado um pretendente para a família conhecer, mas embora tivesse 41 anos de idade não pôde namorar com esse rapaz, pois sua família não o acolheu. Segundo Daniela, seu pretendente gostou de sua família, mas sua família não teria aprovado o namoro: “ele gostou, minha família é que não gostou dele!”.

Uma outra vertente que verificamos durante as observações é que mesmo as educadoras tendiam a impedir que essas mulheres escolhessem seu próprio estilo de vida. A esse respeito citamos as indagações de Glat (1989):

Será que esses pais e professores que não sabem como lidar com o comportamento sexual de seus filhos ou alunos com deficiência mental não tem dificuldade de lidar com o sexo de maneira geral? Com isso o foco da discussão sai da deficiência e é colocado na sexualidade. (p.126).

Glat (1989) questiona que a relutância em reconhecer a sexualidade da pessoa considerada deficiente intelectual pode ser uma extensão de nossos próprios conflitos em relação à sexualidade. Nesse sentido, a usuária Daniela nos relatou que sempre tentava conversar com o pai a respeito de namoro, mas que ele se esquivava e pedia que ela conversasse com uma das irmãs.

Sublinhando o que foi abordado acima em relação à sexualidade na interface de gênero e deficiência, Mello e Nuernberg (2012) salientam que há:

[...] maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência ao HIV/AIDS, sobretudo pela pouca consideração das políticas públicas dessa área às especificidades desse grupo social. Essa maior vulnerabilidade se assenta na presença de diversas barreiras informacionais, comunicacionais, programáticas e atitudinais que constituem suas práticas sexuais (Melo; Nuernberg, 2012, p. 646).

Diante disso, nossa pesquisa indica a importância de que essas mulheres tenham acesso à informação, à possibilidade de escolha e à vivência de sua sexualidade. Aponta, ainda, que essas mulheres, inseridas em uma

sociedade tradicional e homogeneizante, tendem a sofrer os efeitos de uma relação de opressão e infantilização.

Conclusões

Em nossa pesquisa, percebemos, por meio da observação participante e da realização das entrevistas semi-estruturadas, que as mulheres com deficiência, mesmo na idade adulta, eram privadas de qualquer tipo de processo formativo que possibilitasse o diálogo sobre relacionamentos e sexualidade. Durante o período de observação não localizamos, nesse sentido, atividades que contribuíssem para a construção de uma vida mais autônoma por parte dessas mulheres.

Um segundo ponto observado diz respeito ao fato de que é comum, e até mesmo naturalizada, a negação dos direitos sexuais e reprodutivos para essas mulheres. Verificamos que as mulheres que demonstravam desejo em se relacionar, não recebiam apoio ou incentivo da instituição e/ou das famílias que, em sua maioria, consideravam-nas incapazes de vivenciar algum relacionamento.

Para finalizar, indicamos que é preciso desconstruir a ideia de que as pessoas com deficiência formam um grupo homogêneo e qualitativamente diferente do resto da população. A partir dessa pesquisa foi possível constatar que se trata de um grupo de sujeitos com histórias de vida e desejos que os tornam únicos, ao mesmo tempo em que seus diferentes percursos e histórias revelam inquietações e objetivos fundamentalmente próximos de outros sujeitos sociais.

Referências:

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1ed. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2008.

BURGUESS, Robert G. *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras (PT): Celtas, 1997.

CARNEIRO, Maria Sylvia C. O uso de métodos narrativos na pesquisa sobre a deficiência mental. *Anped: GT: Educação Especial* 15, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT15-2342--Int.pdf>. Acesso em 10 Julho 2016.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GIAMI, Alain. *O anjo e a fera: Sexualidade, Deficiência Mental, Instituição*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GLAT, Rosana. *Somos iguais a você: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MELLO, Anahi G. de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, 2012, p.635-655. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003/23816>. Acesso em 25 Fevereiro 2015.

NICOLAU, Stella Maris; SCHRAIBER, Lília B.; AYRES, José Ricardo de C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, 2013, pp.863-872. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232013000300032. Acesso em 9 Julho 2016.

PAULA, Ana Rita de; REGEN, Mina; LOPES, Penha. *Sexualidade e deficiência: rompendo o silêncio*. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.